

O avanço neoliberal nos editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal Catarinense

The neoliberal advance in education through the selection notices of teaching, research and extension projects at the Federal Institute Catarinense – Sombrio Advanced Campus

El avance neoliberal en las convocatorias de selección de proyectos de docencia, investigación y extensión en el Instituto Federal Catarinense

Dalvana Silva da Gama ¹

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Rita Cristine Basso Soares Severo ²

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Resumo: Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado profissional e tem como objetivo: analisar o avanço neoliberal na educação por meio dos editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio. Esta pesquisa buscou aporte teórico no campo dos Estudos Culturais, em uma abordagem qualitativa de análise documental. Tendo como resultados a constatação de um crescente avanço da racionalidade neoliberal nos editais, a partir da forma como as definições de empreendedorismo e inovação aparecem nas propostas.

Palavras-chave: Estudos culturais. Institutos Federais. Neoliberalismo.

Abstract: This article is part of a professional master's dissertation and has as objective: to analyze the neoliberal advance in education through the selection notices of teaching, research and extension projects at the Federal Institute Catarinense – Sombrio Advanced. This research sought theoretical support in the field of Cultural Studies, in a qualitative approach of document analysis. As a result, the finding of a growing advance of neoliberal rationality in the public notices, based on the way in which the definitions of entrepreneurship and innovation appear in the proposals.

Keywords: Cultural Studies. Federal Institutes. Neoliberalism.

Resumen: Este artículo forma parte de una tesis de maestría profesional y tiene como objetivo: analizar el avance neoliberal en la educación a través de las convocatorias de selección de proyectos de docencia, investigación y extensión en el Instituto Federal Catarinense – Campus Avanzado Sombrio. Esta investigación buscó apoyo teórico en el campo de los Estudios Culturales, en un enfoque cualitativo de análisis documental. Teniendo como resultados la constatación de un avance creciente de la racionalidad neoliberal en los avisos públicos, a partir de la forma en que aparecen en las propuestas las definiciones de emprendimiento e innovación.

Palabras clave: Estudios culturales. Institutos Federales. Neoliberalismo.

¹ Mestre em Educação. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil. E-mail: dalvana-gama@uergs.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2990841496377959>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4215-4249>.

² Doutora em Educação. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil. E-mail: rita-severo@uergs.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9936056979193792>; ORCID: <https://orcid.org/0000-000-4889-7569>.

Recebido em: 05 de abril de 2022.

Aceito em: 19 de maio de 2022.

Introdução

Este artigo traz parte dos resultados obtidos na dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação (PPGED – MP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Tendo este artigo como objetivo: analisar o avanço neoliberal na educação por meio dos editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio. Buscando-se identificar termos de origem neoliberal nos textos dos editais analisados.

Para a obtenção dos resultados apresentados neste artigo foi realizada uma pesquisa documental que buscou aporte teórico no campo dos Estudos Culturais, sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, que teve como materiais de pesquisa os editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão lançados no Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio, do ano de 2015 ao ano de 2020, delimitação cronológica estabelecida para a pesquisa.

Como abordagem teórico-metodológica utilizamos a governamentalidade neoliberal com base nos estudos de Veiga-Neto (2013) e Saraiva (2010), e a cultura do empreendedorismo trazida por Gadelha (2009) e suas articulações com a educação. Entendendo que governamentalidade, na perspectiva dos autores, é uma arte de governar, uma vontade e efetivação de sujeitos governáveis por meio de avançadas técnicas de controle, normalização e direcionamento de condutas.

Já na governamentalidade neoliberal, especificamente, busca-se programar e controlar toda uma forma de agir, pensar e sentir por meio de processos e políticas de subjetivação que fazem com que princípios econômicos e de mercado transformem-se em princípios normativos de toda a sociedade (GADELHA, 2009). Tendo grande interesse na escola e nos jovens que a habitam, objetivando a constituição de determinado sujeito, alinhado aos ideais e interesses econômicos próprios do neoliberalismo.

Este artigo divide-se em três subtítulos e as considerações finais, sendo que no primeiro subtítulo é realizada uma apresentação da instituição na qual a pesquisa foi realizada, ou seja, os Institutos Federais de Educação, logo após um subtítulo que discute as abordagens teóricas utilizadas, seguido do subtítulo “Das análises possíveis” que traz as análises dos dados da pesquisa.

Os Institutos Federais de Educação

Antes de apresentar as análises realizadas, se faz necessário situar a instituição sobre a qual a pesquisa foi realizada, o Instituto Federal Catarinense, faz parte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que foram criados pela lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia formada pelos antes denominados CEFETs e Escolas Técnicas Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e pelo Colégio Pedro II.

Para a pesquisadora Ramos (2014) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, dentre outras iniciativas, para ofertar uma educação profissional diferenciada em relação a propostas anteriores que pretendiam apenas a formação de mão de obra especializada com o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades voltados à adaptação ao ambiente de trabalho.

Esta educação profissional diferenciada traz o trabalho em seu sentido ontológico, como produção, criação e realização humana, “nesse sentido, trabalho não é emprego, não é ação econômica específica” (RAMOS, 2007, p. 3). Entendendo o trabalho como realização humana, como ação produtora de conhecimentos, temos o trabalho como princípio educativo na relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura.

A integração entre trabalho, ciência e cultura, são as bases que fundamentam o currículo integrado oferecido pelos Institutos Federais de Educação, e também sua criação. Possibilitando que todos os sujeitos possam atuar como dirigentes e cidadãos, acabando com a “dualidade, marca histórica das relações entre formação científica e formação para o trabalho no âmbito do nível médio de ensino” (SILVA, 2011, p. 311-312).

Esses são os fundamentos de criação das mais de 661 unidades da Rede Federal de Educação³, distribuídas pelo país, que seguem a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que tem como premissa a integração entre trabalho, ciência e cultura em uma formação omnilateral e politécnica.

Neoliberalismo e Educação

No sistema neoliberal, que teve sua ascensão a partir de meados do século XX, a liberdade do mercado, que no liberalismo era visto como algo espontâneo e natural, agora:

deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição.
Eis aí o ponto fulcral que vai fazer da escola uma instituição do maior

³Dados do Portal do Ministério da Educação - MEC (2019).

interesse para o neoliberalismo. Na medida que para o neoliberalismo os processos econômicos não são naturais, eles não devem ser deixados livres, ao acaso, nas mãos de Deus; ao contrário, tais processos devem ser continuamente ensinados, governados, regulados, dirigidos, controlados. (VEIGA-NETO, 2013, p. 26)

Desta forma a escola torna-se de grande interesse para o neoliberalismo que objetiva a constituição de sujeitos cuja forma de agir, pensar e sentir estejam alinhados aos interesses econômicos, por meio da normalização, normatização e naturalização da racionalidade neoliberal.

Veiga-Neto (2013) problematiza algumas das possíveis articulações entre a governamentalidade neoliberal e a educação, dentre elas a de fazer uso da escola para a fabricação de novas subjetividades de acordo com seus interesses:

Tal entendimento não denega o papel que muitos atribuíram e continuam atribuindo à escola: ensinar “conteúdos” e ideologias; mas desloca a ênfase desse papel no sentido da subjetivação, aqui entendida como uma ação de subjetivar, de transformar os indivíduos em sujeitos. No que mais nos interessa aqui: no sentido de instituir, fabricar, subjetividades afinadas com — e, por isso, a serviço das — racionalidades liberais e neoliberais. (VEIGA-NETO, 2013, p. 25)

Estas subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal permitem e naturalizam que o mercado seja um regulador social geral, transmutando indivíduos em sujeitos microempresas e comercializando todas as relações humanas. (GADELHA, 2009).

Saraiva (2010, p. 130) também trata da governamentalidade neoliberal na educação e apresenta que:

[...] muda não apenas o modo de conduzir os Estados, mas também o modo de governar corpos e almas. Assim sendo, é razoável pensar que a governamentalidade neoliberal se atravessa na educação por estratégias muito mais sutis do que aquelas relativas ao seu custeio e a processos privatizantes, inserindo-se dentro das próprias práticas pedagógicas.

Tratando da inserção da racionalidade neoliberal em práticas pedagógicas, Veiga-Neto (2014, p. 03) entende que:

Na Contemporaneidade, o currículo continua a ter um papel decisivo na individuação. Mas agora ele opera não tanto pela via do poder disciplinar, mas por dispositivos de controle, normatização e normalização. Portanto, o currículo continua envolvido no engendramento, difusão e legitimação de um novo tipo de sociedade, agora povoada por novas subjetividades cada vez mais flexíveis, líquidas, voláteis, inacabadas, cosmopolitas e performativas.

Assim a racionalidade neoliberal adentra a escola e se instala no currículo pretendendo, para o bom funcionamento da economia, transmutar sujeitos em empreendedores de si, criativos, competitivos, individualistas, midiáticos, motivados e em um processo de aprendizagem permanente. Para Veiga-Neto (2013, p. 29) “É mais do que evidente o quanto tudo isso tem a ver com as pedagogias que se auto proclamam incentivadoras do empresariamento de si mesmo”.

Destacamos também outra questão importante, os defensores do neoliberalismo pregam a liberdade de escolha do sujeito como um de seus avanços, Bresser-Pereira (2014, p. 92), citando Alain Touraine, traz que:

A sociedade moderna [neoliberal] é certamente individualista, mais do que qualquer uma outra no passado. E essa individualização é um avanço, porque significa que os homens e as mulheres tornaram-se mais livres, ganharam autonomia, tornam-se mais senhores de seu destino.

Segundo Hall (1997, p. 37) “O ponto chave, que está no centro de todo este debate, é que não se trata de uma opção entre liberdade e restrição, mas entre modos diferentes de regulação”. Veiga-Neto (2013), citando Lazzarato (2006, pp.101-102) em uma escrita sobre consumo, mas que o autor entende ser bastante pertinente quanto à liberdade neoliberal, traz que:

[...] nossa ‘liberdade’ é exercida exclusivamente para escolher entre possíveis que outros instituíram e conceberam. Ficamos sem o direito de participar da construção dos mundos, de formular problemas e de inventar soluções, a não ser no interior de alternativas já estabelecidas. (LAZZARATO, 2006, pp.101-102 apud VEIGA-NETO, 2013, p. 37)

E para Veiga-Neto (2013) é justamente esta liberdade regulada que as pedagogias de projetos vinculam ao currículo. Baseadas em uma justificativa de interesse dos estudantes, as pedagogias de projetos utilizam-se de “interesses devidamente direcionados, adequadamente produzidos” (VEIGA-NETO, 2013, p. 37) mascarando regulação de liberdade.

Das análises possíveis

O processo analítico, assim como toda a pesquisa, teve como suporte teórico e metodológico o Campo dos Estudos Culturais nas propositivas de Hall (1997, 2003), entendendo que os significados e sentidos que destacamos nas análises não são fixos, são

apenas um recorte possível, uma análise possível e contingente de ler os documentos a luz dos autores e autoras com os quais construímos nossos olhares teóricos.

Para Hall (2003), o significado de uma mensagem não é fixo, e sim contingencial, contextual, multirreferencial, assim “não existe uma lógica determinante global que nos permita decifrar o significado ou o sentido” (HALL, 2003, p. 354), há diferentes formas de leitura, de decodificação, entendendo que “a decodificação não é homogênea, de que se pode ler de formas diferentes e é isso que é leitura” (HALL, 2003, p. 357). O processo de significação é contínuo “sempre significando e ressignificando – este é um processo sem fim” (HALL, 2003, p. 362).

Seguindo este entendimento, apresentamos a seguir as análises depreendidas da pesquisa documental realizada nos editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, lançados entre os anos de 2015 e 2020, no Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

Durante a análise documental, dentro da delimitação cronológica definida para esta pesquisa, foi possível perceber a grande quantidade de editais lançados pela reitoria do Instituto Federal Catarinense, ou pelo Campus Avançado Sombrio com base em modelos sugeridos pela reitoria, com forte temática neoliberal. O que podemos entender como um avanço neoliberal sobre a educação e o fortalecimento da cultura do empreendedorismo, teorizada por Gadelha (2009).

A “cultura do empreendedorismo” (GADELHA, 2009) tem suas bases na teoria do capital humano e transfere da esfera empresarial para as esferas socioculturais, chegando até a educação, valores econômicos como valores sociais normativos, objetivando:

um indivíduo cuja identidade, cujo ‘eu’, cujas maneiras de pensar, de agir e de sentir, já não são, apenas e tão somente constituídos por uma normatividade ‘médico-psi’, mas cada vez mais por uma normatividade econômico-empresarial (GADELHA, 2009, p. 156)

Nesta cultura do empreendedorismo o que se pretende é constituir indivíduos como sujeitos-microempresas e tratar até mesmo as relações humanas como mercadorias, pautados pelo estímulo a uma competição desenfreada (GADELHA, 2009). Naturalizando valores de interesse neoliberal e atendendo as necessidades do mercado.

A cultura do empreendedorismo de Gadelha (2009) vai ao encontro do que nos apresenta Laval (2019) de que a ideia dominante na visão neoliberal é que a escola deve “transmitir uma determinada cultura, mais útil e em sintonia com as necessidades das empresas” (LAVAL, 2019, p. 286). O que evidencia a vontade de se constituir um sujeito com determinadas características interessantes à racionalidade neoliberal.

Esta escola neoliberal pautada pelo princípio da eficiência deve oferecer aos estudantes um mínimo de competências para uma empregabilidade também mínima. Assim a escola passa a ser vista como um recurso para a competitividade empresarial aonde “a ideia de que todos os ativos devem adquirir um ‘kit cultural’ em sua formação inicial deve ser primordial” (LAVAL, 2019, p. 287).

Para pesquisar este avanço neoliberal sobre a educação e o fortalecimento da cultura do empreendedorismo que pretende constituir um sujeito-microempresa e fazer com que valores empresariais sejam normatizados como valores sociais. Foram analisados, ao total, 16 editais, que foram as fontes de dados para esta pesquisa, e dos quais resultou o eixo de análise “O avanço neoliberal na educação” que foi dividido em três tópicos de acordo com sua constância nos editais, estes tópicos foram “Empreendedorismo e Inovação”, “Arranjos Produtivos Locais” e “Inovação Social”.

Iniciando pelo tópico “empreendedorismo e inovação”, termos constantes nos textos dos editais analisados, procuramos primeiramente trazer o que significam estes termos. Coan (2011) realizou uma pesquisa sobre o termo empreendedorismo, segundo o autor podem ser seguidas duas vertentes, uma relacionada às empresas e negócios e outra relacionada a questões comportamentais e atitudinais.

O autor ressalta também que diversos autores utilizam o termo empreendedorismo para:

designar o indivíduo “inovador” em suas atividades que pode ser de natureza diversa, porém, sobretudo naquelas voltadas à geração de riquezas e na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos, mercadorias ou serviços (COAN 2011, p. 65-66).

Aqui temos a ligação entre os termos empreendedorismo e inovação, para Oliveira (2014) “a palavra ‘inovação’ tem conotações essencialmente positivas na cultura da modernidade, entre outras, com a ideia de criatividade”, porém também a inovação “é o conceito-chave das políticas científicas neoliberais” (OLIVEIRA, 2014, p. 39-40) restringindo a inovação a uma invenção rentável, na ânsia neoliberal por transformar tudo em mercadoria.

Conceituados os termos empreendedorismo e inovação partimos para a análise da constância destes nos editais, temos no Quadro 01, abaixo, a relação entre os editais e a ocorrência do tópico “Empreendedorismo e Inovação”:

Quadro 01 - Ocorrência do tópico "Empreendedorismo e Inovação"

	Ano	Editais	Dimensão	Origem	Fomento
Empreendedorismo e Inovação	2015	39/2014	Ensino Pesquisa Extensão	Campus	Sim
	2016	003/2016	Ensino Pesquisa Extensão	Campus	Sim
	2017	03/2017	Extensão	Campus	Não
	2018	01/2018	Ensino Pesquisa Extensão	Campus	Sim
	2019	37/2019	Extensão	Reitoria	Não
	2020	55/2019	Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão	Reitoria	Sim

Fonte: A Autora

Na análise do edital n.º 39/2014⁴ que englobava as dimensões ensino, pesquisa e extensão, encontramos entre seus objetivos:

IX – promover a geração de produtos/processos inovadores que resultem em propriedade intelectual; X – promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos em áreas prioritárias indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo a demandas e se antecipando a elas.

No ano de 2016, localizamos o edital n.º 003/2016⁵ que segue o mesmo modelo do edital n.º 39/2014, englobando as dimensões ensino, pesquisa e extensão, e trazendo dentre seus objetivos novamente a promoção da inovação e do empreendedorismo e o atendimento a demandas do mundo do trabalho.

⁴Ver Santa Rosa do Sul - SC (2014).

⁵Ver Sombrio - SC (2016).

Em 2017 tivemos o edital n.º 03/2017⁶ para os projetos de fluxo contínuo da dimensão extensão, que traz novamente as questões sobre a promoção da inovação e do empreendedorismo e o atendimento das demandas, com uma mudança em relação ao edital n.º 39/2014 ao delimitar quais são estas áreas prioritárias trazidas neste edital.

IX – promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos nas áreas de Educação, Turismo e Tecnologia da Informação e Comunicação, indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo a demandas ou se antecipando a elas.

As áreas de Educação, Turismo e Tecnologia da Informação e Comunicação são as áreas de atuação do Campus Avançado Sombrio que possui os cursos em nível médio de Técnico Integrado em Hospedagem e Informática, e em nível superior os cursos Tecnológicos de Gestão de Turismo e Redes de Computadores, bem como, o curso de Licenciatura em Matemática.

Nos anos de 2018 e 2019 tivemos, respectivamente, o edital n.º 01/2018⁷ para os projetos com fomento que englobou as dimensões ensino, pesquisa e extensão, e o edital n.º 37/2019⁸ de fluxo contínuo para a dimensão extensão. Estes editais mantiveram os objetivos já discutidos acima sobre a promoção da inovação e do empreendedorismo. Inclusive com a mesma redação do objetivo de número 10, constante no edital n.º 39/2014, primeiro edital analisado neste tópico:

g. Promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos em áreas prioritárias indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo a demandas ou se antecipando a elas.

Em 2020 o edital n.º 55/2019⁹ para seleção de projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão não traz entre seus objetivos a promoção da inovação e do empreendedorismo, porém trata dos “Arranjos produtivos locais”, próximo tópico de análise.

No Quadro 02, abaixo, são apresentadas as ocorrências do tópico “Arranjos produtivos locais” nos editais analisados:

6 Ver Sombrio - SC (2017b).

7 Ver Sombrio - SC (2018a).

8 Ver Blumenau - SC (2019a).

9 Ver Blumenau – SC (2019b).

Quadro 2 - Ocorrência do tópico "Arranjos Produtivos Locais"

	Ano	Edital	Dimensão	Origem	Fomento
Arranjos Produtivos Locais	2017	02/2017	Extensão	Campus	Sim
		04/2017	Pesquisa	Campus	Sim
	2018	267/2017	Extensão	Reitoria	Não
			Pesquisa	Reitoria	Não
Arranjos Produtivos, culturais e sociais locais	2019	130/2018	Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão	Reitoria	Sim
		135/2018	Extensão	Reitoria	Sim
		150/2018	Pesquisa	Reitoria	Não
	2020	55/2019	Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão	Reitoria	Sim

Fonte: A Autora

O tópico “Arranjos Produtivos Locais” surge nos editais dos anos de 2017 e 2018 e são conceituados como:

[...] aglomerados de micro e médias empresas que atuam em uma atividade produtiva específica, localizadas num mesmo território, promovendo trabalho e geração de renda na comunidade, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno de atividades produtivas, em arranjos com outros atores locais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (AMORETTI, 2006, p. 4)

Para entendermos o que são estes aglomerados empresariais, Cardoso et al (2014) especificam as principais dimensões de um Arranjo Produtivo Local (APL) que são:

a dimensão territorial (os atores do APL estão localizados em certa área onde ocorre interação); a diversidade das atividades e dos atores (empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio); o conhecimento tácito (conhecimento adquirido e repassado por meio da interação, conhecimento não codificado); as inovações e aprendizados interativos (inovações e aprendizados que surgem com base na interação dos atores); e a governança (liderança do APL, geralmente exercida por empresários ou pelo seu conjunto representativo – sindicatos, associações). (p.12)

Este tópico foi localizado no edital n.º 02/2017¹⁰, para a dimensão extensão, que não seguia mais o modelo utilizado nos anos anteriores, tendo algumas mudanças na sua redação, trazendo nos objetivos a promoção de ações de extensão dos “arranjos produtivos locais” e mantendo a promoção do empreendedorismo e da inovação.

VIII – promover a geração de produtos/processos que contribuam para o atendimento das demandas dos arranjos produtivos locais; IX – promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos em áreas prioritárias indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo a demandas e se antecipando a elas.

Em relação à dimensão pesquisa, localizamos o edital n.º 04/2017¹¹, apresentando uma redação muito próxima a do edital n.º 02/2017, trazendo nos objetivos a promoção da inovação e do empreendedorismo, e o atendimento de demandas dos arranjos produtivos locais e do mundo do trabalho.

Analisando os objetivos dos editais n.º 02/2017 e n.º 04/2017, e a definição de Arranjo Produtivo Local (APL) destacada acima, pode-se observar termos relacionados ao que Oliveira (2014) denomina de “inovacionismo”:

O inovacionismo estabelece a obtenção de inovações como o objetivo principal da pesquisa científica. Para uma invenção ser inovação precisa ser rentável. Mas o que determina o que é e o que não é rentável é o mercado. Dessa forma, o inovacionismo coloca nas mãos do mercado a determinação dos rumos da pesquisa científica. O inovacionismo constitui, portanto, um processo de mercantilização da ciência. (OLIVEIRA, 2014, p. 03)

Termos como atendimento de demandas, articulação entre atores (públicos e privados) e propriedade intelectual são destacados por Oliveira (2014) como processos “para que a distribuição dos bens intelectuais seja feita da maneira própria das mercadorias, isto é, por meio de compra e venda” (p. 01).

A inovação também está presente nas dimensões de um APL relacionadas no excerto de Cardoso et al (2014), trazido anteriormente, que destaca “as inovações e aprendizados interativos” que surgem entre os atores, neste caso, empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio.

Fica demonstrada aqui a preocupação em atender as necessidades das empresas, do mercado local, intensificando a visão da inovação como algo rentável, que tenha valor para compra e venda, como mercadorias, em um processo de mercantilização da ciência.

10 Ver Sombrio - SC (2017a).

11 Ver Sombrio - SC (2017c).

Oliveira (2014) alerta que a mercantilização da pesquisa afeta negativamente áreas com pouco potencial inovador, enquanto inovações rentáveis, como a das humanidades, da pesquisa básica e da “ciência do interesse público”¹² voltada para os problemas sociais.

Ainda tratando sobre inovação, em 2019 diversos editais com fomento foram lançados pela reitoria, chamando a atenção o uso do termo “inovação social” que conforme conceito trazido no texto do edital n.º 136/2018¹³: “pode ser um produto, processo de produção ou tecnologia (bem como a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, um movimento social, uma intervenção ou alguma combinação entre eles.”.

O edital n.º 136/2018, que foi um edital de apoio à realização de projetos de ação social pelos campi do Instituto Federal Catarinense, traz como objetivo geral:

Apoiar a realização de projetos de Extensão com foco na promoção e/ou inovação social, especialmente dos segmentos populacionais menos favorecidos, por meio da concessão de bolsas a estudantes do ensino médio ou superior, nos campi do IFC.

Segundo o professor Oliveira (2021) o termo “inovação social” surge como uma diferenciação entre a forma com “a definição inovacionista de inovação, restrita a invenções rentáveis seguramente e em curto prazo” e a forma que amplia o:

conceito de inovação, de modo que se aplique a qualquer avanço em qualquer área do conhecimento, inclusive (1) nas ciências humanas e humanidades, (2) na ciência básica (não só por seu potencial gerador de invenções rentáveis, ainda que não seguramente e a curto prazo, mas também por seu valor cultural), e (3) na ciência do interesse público. (OLIVEIRA, 2021, p. 10)

Sendo que a primeira forma, própria do inovacionismo, receberia o nome de “inovação empresarial” e a segunda forma que contém inovações relacionadas qualquer a avanços em qualquer área de conhecimento, destacadas no excerto acima, se chamaria “inovação social”.

Embora tenha surgido em apenas um edital, o fomento à inovação social parece ser um ponto positivo ao considerar que a inovação pode ser um avanço em qualquer área de conhecimento e não apenas relacionado a inovações rentáveis, diminuindo assim o prejuízo a áreas como das ciências humanas, ciência básica e ciência de interesse público.

Retornando ao tópico “Arranjos Produtivos Locais”, no ano de 2018, encontramos o edital n.º 267/2017¹⁴ para projetos de fluxo contínuo, que foi lançado pela reitoria do IFC e não pelo campus como nos anos anteriores. Este edital traz a ampliação dos arranjos produtivos locais para “Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais”. Tendo como objeto:

¹²Termo cunhado por Sheldon Krimsky.

¹³Ver Blumenau – SC (2018a).

¹⁴Ver Blumenau – SC (2017).

O presente edital tem por objeto apoiar projetos integrados de Ensino, Pesquisa e Extensão, que tenham como objetivo contribuir significativamente para o desenvolvimento e a disseminação de ações para a melhoria e o aperfeiçoamento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APL) do estado de Santa Catarina, nas áreas de abrangência dos campi do IFC.

Novamente em 2019, temos o edital n.º 135/2018¹⁵ que traz os “arranjos produtivos locais” incluindo as palavras “sociais” e “culturais”. Sendo um de seus objetivos: “Contribuir com o aprofundamento das atividades de Extensão realizados nos campi do IFC, bem como com o engajamento aos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais;”

Também os editais, lançados pela reitoria, n.º 130/2018, n.º 150/2018, ambos com vigência no ano de 2019, e o edital n.º 55/2019, lançado em 2020, trouxeram os “arranjos produtivos, culturais e sociais locais”. Buscando pela definição destes termos temos que “arranjos sociais locais” são definidos como:

rede de grupos sociais e atividades características de um território que, integrados aos índices sociais da região, revelam sobre o contexto, o ambiente, as formas de organização e associação, a carência e o desenvolvimento, o nível de inclusão ou exclusão social, a formação social, rural ou urbana, industrial ou comercial, enfim a identidade e a realidade social da região. (AMORETTI, 2006, p. 6 – 7)

E que “arranjos culturais locais” são:

aglomerados de unidades de patrimônio histórico material e de patrimônio histórico imaterial, localizadas num mesmo território, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno da identidade cultural de um povo, no sentido religioso, místico e artístico, do patrimônio e da memória cultural, promovendo a articulação de atores locais, tais como comunidade, grupos, associações, instituições religiosas, educacionais, musicais, artesanais e outras. (AMORETTI, 2006, p. 6)

Analisando as definições de arranjos sociais e arranjos culturais trazidos em Amoretti (2006) me parece que, assim como teorizado anteriormente neste texto por Oliveira (2021) sobre o termo inovação social, o que se busca nessas definições é um distanciamento das questões relacionadas ao empresarial.

Com base nos tópicos “Empreendedorismo e Inovação”, “Arranjos Produtivos Locais” e “Inovação Social”, analisados acima e os excertos apresentados que trazem a promoção do empreendedorismo, da inovação, do atendimento a demandas do mercado, entre outros, fica demonstrado o avanço neoliberal sobre a educação.

¹⁵Ver Blumenau – SC (2018b).

Isto nos leva novamente a cultura do empreendedorismo, destacada por Gadelha (2009), e que ficou evidenciada nas análises dos textos dos editais. Onde o que se pretende é constituir indivíduos como sujeitos-microempresas, empreendedores, trazido nos editais que objetivam a promoção do empreendedorismo, também atender as necessidades das empresas promovendo parcerias e incentivando a inovação enquanto algo rentável para o mercado local, como nos arranjos produtivos locais e na pontuação por “potencial inovador” e “registro de patentes”.

Embora tenhamos a iniciativa da “Inovação Social” que demonstrou ser uma tentativa de afastamento de questões estritamente empresariais, este termo foi trazido em apenas um edital.

Considerações Finais

Das análises realizadas é possível perceber a grande quantidade de editais lançados pela reitoria do Instituto Federal Catarinense, ou pelo Campus Avançado Sombrio com base em modelos sugeridos pela reitoria, com forte temática neoliberal. O que, em se tratando de um Instituto Federal de Educação, torna-se preocupante, já que, em sua concepção, esta instituição traz o trabalho enquanto princípio educativo, um contraponto a propostas de educação profissional anteriores, que se limitavam à formação de mão de obra especializada para o atendimento ao mercado de trabalho.

A preocupação é que esta instituição, o Instituto Federal Catarinense, com o avanço neoliberal e o fortalecimento da cultura do empreendedorismo, torne-se uma escola neoliberal, com foco na formação de mão de obra especializada para o mercado e não na formação omnilateral dos cidadãos, integrando trabalho, ciência e cultura. Por isso é necessário estar atento às constantes “reformas” propostas para a educação.

No caso dos institutos federais de educação, a escola neoliberal traz ainda mais um grande retrocesso, a volta de uma educação dualista, tão combatida nos princípios norteadores de criação dos institutos federais de educação. A divisão entre a educação para o trabalho, em geral oferecida para os mais pobres, e a educação propedêutica oferecida a quem se pretende que siga para o ensino superior.

Na escola neoliberal o trabalho não é tomado como princípio educativo, mas sim por uma visão utilitarista e reducionista de atendimento às necessidades das empresas. Trazendo ainda mais desigualdade social, enquanto que para alguns jovens é oferecida uma educação com competências mínimas para a empregabilidade e a outros é oferecida uma educação de ciências e humanidades para que possam prosseguir em seus estudos e alcançar postos de comando na sociedade.

O neoliberalismo não é uma novidade, sabe-se que tem avançado no Brasil desde de a década de 1990, já o neoliberalismo escolar se apoia no discurso de uma necessária “reforma” da escola, visando sua alegada “ineficiência” frente às transformações sociais e culturais, porém seus interesses estão em transformar a educação em um bem privado de valor exclusivamente econômico. E nesta pesquisa pude analisar seu avanço dentro de uma instituição que em sua concepção tem marcado justamente o combate a políticas de exclusão e dualidade na educação, mas ao que parece pode estar rendendo-se a lógica vigente.

Referências

- AMORETTI, J. et. al. Arranjos Produtivos Culturais e Sociais Locais e a Educação Profissional e Tecnológica. In: *I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica*, mar. 2006.
- BLUMENAU-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 267/2017 – Instituto Federal Catarinense*. 2017. Disponível em: https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/10/documento_visualizacao.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.
- BLUMENAU-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 136/2018 – Instituto Federal Catarinense*. 2018a. Disponível em: https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/10/documento_visualizacao.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.
- BLUMENAU-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 135/2018 – Instituto Federal Catarinense*. 2018b. Disponível em: <https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/10/Edital-135-2018-Programas-de-Extens%3%a3o.pdf>.
- BLUMENAU-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 37/2019 – Instituto Federal Catarinense*. 2019a. Disponível em: <https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Edital-Fluxo-Cont%3%adnuo-Programas-de-Extens%3%a3o.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.
- BLUMENAU-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 55/2019 – Instituto Federal Catarinense*. 2019b. Disponível em: <https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/09/Edital-55-2019APLs.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.
- BRASIL. LEI N° 11.892. *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 18 out. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Modernidade neoliberal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 29, n° 84, p. 87-102. Fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zQCQ5rDYjdLdGNVWfRw5g6S/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69092014000100006>.

CARDOSO, U. C. et al. *APL: arranjo produtivo local*. Brasília: Sebrae, 2014. 48p. (Série Empreendimentos Coletivos). Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimentos-coletivos,5980ce6326c0a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COAN, M. *Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez., 1997.

HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Brasil, Boitempo Editorial, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.9682>.

MEC- Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, científica e tecnológica. 2019. Disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 18 out. 2022.

OLIVEIRA, M. B. Inovação e neoliberalismo: a experiência brasileira. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (orgs.). *MST, Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, p. 39-59, 2014.

OLIVEIRA, M. B. Em busca de uma alternativa ao inovacionismo. *Outraspalavras*. 19 maio 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/em-busca-de-uma-alternativa-ao-inovacionismo/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RAMOS, M. N. Concepção de ensino médio integrado à educação profissional. In: PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. *O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná*. Curitiba: SEED, 2007.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. (Coleção Formação Pedagógica)

SANTA ROSA DO SUL. Instituto Federal Catarinense. *EDITAL N° 39/2014 – IFC Campus Santa Rosa do Sul*. 2014. Disponível em: http://editais.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2014/10/Edital-39-2014-Fomento-Financeiro-a-pesquisa-extens_o-Campus-Avan_ado_RETIFICADO2.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

SARAIVA, K. Formação de professores nas tramas da rede: uma prática de governamentalidade neoliberal. *Em Aberto*, v. 23, n. 84, p. 123-137, 2010.

SILVA, M. R. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n. 71, p. 307-326, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000300005>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 03/2016 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2016. Disponível em: <http://editais.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2016/02/EDITAL03-2016-Sele%C3%A7%C3%A3o-Projetos-39Pesquisa-e-Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 02/2017 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2017a. Disponível em: <http://editais.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/Edital-02-Projetos-Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 003/2017 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2017b. Disponível em: <http://extensao.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/20/2017/03/0001-REG-EDI-Edital003-2017-AcoesDeExtensaoFluxoContinuo-AssinadoPelaDirecao-v0.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 04/2017 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2017c. Disponível em: <http://editais.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Edital-04-2017-Assinado.compressed.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 01/2018 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2018a. Disponível em <http://editais.sombrio.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/02/edital-01.2018.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.
Disponível em: <https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Edital-Fluxo-Cont%c3%adnuo-Programas-de-Extens%c3%a3o.pdf>.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 04/2017 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2018b.

SOMBRIO-SC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *EDITAL N° 04/2017 – IFC Campus Avançado Sombrio*. 2019b.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidade e educação. *Revista Colombiana de Educación*, n. 65, p. 19-41, 2013.

VEIGA-NETO, A. Currículo na Contemporaneidade: internacionalização e contextos locais. In: XI Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo. *Anais do XI Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso- -Brasileiro de Currículo*, 2014.